

SUMÁRIO

Apresentação	13
Apresentação do livro.....	15
Símbolos utilizados na parte IV.....	17
PARTE I – INTRODUÇÃO E PARTE GERAL DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO ..	19
1. Experiência internacional no combate ao superendividamento.....	19
2. A importância de uma Lei de Superendividamento: resgatando a dignidade no Brasil	20
3. Premissa fundamental do superendividamento: não é um problema meramente individual, mas sim social.....	26
4. A importância do estudo dos princípios na aplicação e interpretação da Lei do Superendividamento	28
5. A escolha da comissão de juristas em tratar do superendividamento no CDC.....	29
6. Modelos de tratamento do superendividamento	31
6.1. Modelo francês.....	32
6.2. Modelo americano.....	36
7. Princípios do superendividamento	38
7.1. Princípio da vulnerabilidade acentuada em razão da necessidade do crédito	38
7.2. Princípio do reconhecimento do superendividamento como fator de exclusão social.....	40
7.3. Princípio da prevenção ao superendividamento	42
7.4. Princípio da boa-fé na concessão e cobrança de dívidas	42
7.5. Princípio do tratamento humanizado no superendividamento (Superendividamento digno)	44
7.6. Princípio da concessão do crédito responsável	45

7.7.	Princípio da garantia do mínimo existencial	46
7.8.	Princípio da obrigatoriedade da repactuação das dívidas	47
8.	Núcleos de conciliação e mediação de conflitos do superendividamento.....	49
9.	Direitos do consumidor no superendividamento.....	51
9.1.	Direito à garantia de práticas de crédito responsável	51
9.2.	Direito à garantia de práticas de educação financeira.....	52
9.3.	Direito à garantia de práticas de prevenção e tratamento de situações de superendividamento.....	53
9.4.	Direito à preservação do mínimo existencial	54
9.5.	Regulamentação do Mínimo existencial via Decreto presidencial ..	55
9.6.	Funções do mínimo existencial.....	58
9.7.	Caso prático de aplicação do Decreto	60
9.8.	Direito à comparação dos preços dos produtos	61
9.9.	Direito de acesso irrestrito à justiça	63
9.10.	Direito ao restabelecimento pleno e imediato	65
10.	Conceito de Superendividamento e hipóteses de aplicação do CDC.....	66
10.1.	Mínimo existencial.....	68
10.2.	Impossibilidade manifesta	70
10.3.	Pessoa natural.....	71
10.4.	Boa-fé do consumidor.....	71
10.5.	Compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo	72
10.6.	Produtos e serviços de luxo de alto valor	74
11.	Aplicação da Lei do Superendividamento para contratos anteriores	75

PARTE II – PREVENÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO	79
1. Prevenção e tratamento: dois pilares da doença social chamada Superendividamento	79
2. CDC como estatuto jurídico “geral” do crédito responsável	80
3. Informações obrigatórias na oferta de crédito.....	82
3.1. Custo efetivo total.....	84
3.2. Taxa mensal de juros e encargos da mora	85
3.3. Montante das prestações e prazo de validade da oferta	86
3.4. Nome e endereço do fornecedor	87
3.5. Liquidação antecipada e não onerosa	88
3.6. Informações obrigatórias mínimas na oferta	89
4. Proibições na oferta de crédito	91
4.1. Proibição de ofertar crédito com informação enganosa.....	91
4.2. Proibição de concessão automática de crédito	93
4.3. Proibição de dificultar a compreensão dos ônus e riscos do crédito ..	94
4.4. Proibição de assédio de consumo.....	95
4.5. Proibição de exigências abusivas para tratativas	99
5. Deveres na oferta de crédito	100
5.1. Conceder informação qualificada e adequada	100
5.2. Avaliar a capacidade de reembolso do consumidor	101
5.3. Obrigação de identificação e entrega contratual.....	103
6. Dever de fornecer a cópia do contrato de crédito.....	103
6.1. O fornecimento do contrato antes da conclusão: uma garantia de informação e de escolha	104
6.2. O fornecimento do contrato após a conclusão: segurança jurídica e acesso à documentação	104
6.3. A proteção adicional nos contratos consignados.....	105

6.4.	Contratos de adesão: a obrigação de informação prévia e entrega posterior	106
6.5.	Acessibilidade duradoura do contrato de crédito.....	106
7.	Sanções por abusos na concessão do crédito (revisão-sanção)	108
8.	Conexão entre o contrato principal de consumo e o de crédito	113
9.	Cartão de crédito: <i>chargeback</i>	117
	PARTE III – O TRATAMENTO NO SUPERENDIVIDAMENTO	121
1.	Introdução	121
2.	Tratamento judicial (pré-processual e processual).....	122
2.1.	Cumprido os requisitos, o juiz deverá instaurar o tratamento ...	122
2.2.	Quem poderá se valer do tratamento do superendividamento?	122
2.3.	Inspiração no modelo francês: conciliação pré-processual	123
2.4.	Dois caminhos para o tratamento judicial (pré-processual ou processual).....	125
2.5.	Opção processual.....	126
2.5.1.	Petição inicial	126
2.6.	Indicação de todos os credores	128
2.7.	Mínimo existencial	129
2.8.	Inaplicabilidade dos §§2º e 3º do art. 330 do CPC	131
2.9.	Valor da causa	132
2.10.	Gratuidade da justiça	133
2.11.	Tutela de urgência	135
2.12.	Suspensão e/ou abstenção da inclusão do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito	139
2.13.	Suspensão das execuções e dívidas ao dar início ao processo de superendividamento.....	141
2.14.	Meios para obtenção dos contratos, extratos e histórico de crédito.....	142

2.15.	Opção pré-processual	143
2.16.	Plano de pagamento	145
2.16.1.	Apresentação do plano de pagamento na inicial ou na audiência?	145
2.16.2.	O valor proposto no plano de pagamento pode ser abaixo do principal?	147
2.17.	Prazo máximo do plano de pagamento	148
2.18.	Garantias e formas de pagamento do plano	150
2.19.	Audiência	151
2.19.1.	Audiência virtual	151
2.19.2.	Audiência assíncrona	152
2.20.	Sanções pelo não comparecimento injustificado do credor	153
2.21.	Homologação do acordo pelo magistrado	157
2.22.	Processo de superendividamento e declaração de insolvência ...	159
2.23.	Prazo para requerer novo processo de repactuação de dívidas....	160
2.24.	Juízo competente para processar a ação de repactuação de dívidas.....	160
3.	Tratamento extrajudicial do superendividamento	164
3.1.	Plataformas de negociação no âmbito do SNDC.....	167
4.	Plano judicial compulsório: repactuação, revisão e integração	169
4.1.	Contestação limitada no superendividamento	173
4.2.	Nomeação de administrador judicial	174
4.3.	Valor do principal no plano judicial compulsório.....	175
4.4.	Possibilidade de perdão parcial ou total das dívidas	176
4.5.	Prazo de carência para início dos pagamentos	179
4.6.	Definição dos valores de acordo com as condutas e as dívidas..	179
4.7.	Plano compulsório e honorários advocatícios	180

PARTE IV – LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO ANOTADA	183
LEI Nº 14.181, DE 1º DE JULHO DE 2021.....	183
DECRETO DO MÍNIMO EXISTENCIAL	445
DECRETO Nº 11.150, DE 26 DE JULHO DE 2022	445
ÍNDICE REMISSIVO DA PARTE IV.....	449